

**ENTRE PRIVILÉGIOS E PERRENGUES, RELATO AUTOBIOGRÁFICO DE UMA
PROFESSORA DE ANTROPOLOGIA**

*Between privileges and difficulties, an Anthropology Professor's
autobiographical report*

*Entre privilegios y aprietos, relato autobiográfico de una profesora de
Antropología*

Marisol Goia

E-mail: marisol.goia@facc.ufrj.br

Áltera, João Pessoa, Número 17, 2024, e01712, p. 1-27.

ISSN 2447-9837



RESUMO:

Este é um relato autobiográfico no qual abordo origens, percursos, “bagagens” e circunstâncias que tanto favoreceram quanto dificultaram o processo de me tornar uma professora universitária. Pretendo suscitar reflexões sobre a questão identitária do(a) docente, iluminando dimensões pouco exploradas sobre o(a) antropólogo(a), como as de suas condições materiais, econômicas, socioculturais e ético-morais. Considerando que aprendizagens diversas acontecem no processo de “aquisição” de uma identidade profissional, reconstruo os bastidores da minha formação e inserção profissionais, norteadas por uma leitura *bourdieusiana* de meus capitais e privilégios, incluindo também minhas dificuldades e limitações. Dilemas éticos envolvendo a identidade antropológica também são discutidos a partir da minha atuação no meio empresarial. Faço uso de um estilo ensaístico que articula “subjetividades” e “reflexividades” com “cultura” e “estrutura”, buscando costurar a relação “indivíduo e sociedade”.

PALAVRAS-CHAVE: Autobiografia. Carreira Docente. Identidade Antropológica. Ensino Superior.

ABSTRACT:

In this autobiographical report, I discuss the origins, paths, background, and circumstances that made becoming a university professor easier and harder. I intend to provoke reflections on the teaching identity, illuminating under-explored dimensions about anthropologists, such as material and economic situations and socio-cultural and ethical-moral aspects. Considering that diverse types of learning occur while “acquiring” a professional identity, I reconstruct the backstage of my professional training and incorporation, guided by a Bourdieusian point of view concerning my capitals and privileges, and also include my difficulties and limitations. Ethical dilemmas involving anthropological identity are also discussed based on my work in the business sector. This essay articulates “subjectivities” and “reflexivity” to “culture” and “structure”, seeking to sew the relationship between “individual and society.”

KEYWORDS: Autobiography. University Teaching Career. Anthropological Identity. Higher Education.



RESUMEN:

Discuto en este relato autobiográfico los orígenes, recorridos, “bagajes” y circunstancias que me ayudaron y obstaculizaron en el proceso de convertirme en profesora universitaria. Teniendo en cuenta aspectos poco explorados del antropólogo, como sus condiciones materiales, económicas, socioculturales y ético-morales, quiero provocar reflexiones sobre la dimensión identitaria del docente. Reconstruyo el camino de mi formación e inserción profesional, guiado por una lectura bourdieusiana de mis capitales y privilegios, así como de mis dificultades y limitaciones. Además, de mi trabajo para el entorno empresarial, se abordan los dilemas éticos relacionados con la identidad antropológica. Con el propósito de construir la conexión entre “la persona y la sociedad”, empleo un método ensayístico que combina “reflexividades” y “subjetividades” con la “cultura” y la “estructura”.

PALABRAS CLAVE: Autobiografía. Carrera Docente. Identidad Antropológica. Educación Superior.



INTRODUÇÃO

Sabemos que a identidade profissional do antropólogo evoca historicamente e no senso comum algumas imagens, como a do pesquisador eurocêntrico dos “outros” – selvagens, exóticos, longínquos –, ou a de uma personalidade empática, movida por um desejo de compreender a diversidade cultural, valorizar as tradições genuínas e se entregar ao “diferente”. No meio acadêmico, muito se discute sobre o “tornar-se antropólogo”, no sentido de adquirir uma “subjetividade antropológica”: o treinamento apropriado para ser digno dessa etiqueta profissional. Desde a década de 1970, por exemplo, os estudantes brasileiros aprendem a ter *anthropological blues* e a “observar o familiar” com renomados antropólogos brasileiros (DaMatta, 1978; Velho, 1999). Contudo, se considerarmos que raros são aqueles que conseguem viver exclusivamente do “ofício” de antropólogo e que, com esmagadora recorrência, a identidade da categoria se conjuga com a de docente em instituição de nível superior, constatamos que as discussões sobre o tornar-se um(a) professor(a) de Antropologia não são tão abundantes assim, e menos ainda os relatos autobiográficos a esse respeito.

Pelo menos desde Émile Durkheim, o ensino e a aprendizagem podem ser encarados como processos que não se restringem às instituições de educação, fazendo-se notar, também, em diversas experiências de socialização, incluindo as que envolvem “adquirir” uma identidade profissional. Considerando que a construção de identidades continua sendo uma questão de interesse para as Ciências Humanas, ela deve ser assunto de relevância, portanto, para as “Antropologias do ensino e da aprendizagem”. Isso porque não é difícil concordar com a constatação de que aprendizagens diversas acontecem nos “bastidores” da formação e inserção profissionais. A expressão “vivendo e aprendendo” parece oportuna neste momento.

Pretendo, neste artigo, suscitar reflexões sobre a dimensão identitária do(a) docente de Antropologia por meio de um exercício autobiográfico no qual abordo origens, percursos, “bagagens” e circunstâncias que tanto favoreceram quanto dificultaram o processo de me tornar uma professora no ensino superior. Almejo, por meio deste relato, abordar dimensões pouco exploradas sobre a constituição do(a) antropólogo(a) e professor(a), como suas condições materiais, econômicas, socioculturais e ético-morais.

As Ciências Sociais analisam como as identidades são impactadas por origem, gênero, raça, sexualidade, condições econômicas, sociais e escolares da família, valores e visões de mundo que circulam nos ambientes sociais e pela forma como os indivíduos, de modo mais ou menos autoral, sentem, vivem e agem em suas diferentes realidades. Nesse sentido, a identidade do(a) professor(a) de Antropologia é aqui construída em meio a preocupações com “a vida como ela é”, com a concretude da subsistência, in-



cluindo “pagar boletos”, administrar tempo, dinheiro e energia para estudar, trabalhar, escrever artigos, casar, separar, cuidar de filhos, cuidar da casa e investir no currículo.

Considerando o número de antropólogos que sai da universidade e as escassas vagas remuneradas para professor, meu orientador de doutorado na Catalunha, Jordi Roca (2001), chamava o acesso às posições docentes e de pesquisa no meio acadêmico de quimera ou possibilidade remota. O que ele chamou, em 2001, de histórica problemática da inserção profissional característica da Antropologia é o pano de fundo deste relato, ou seja, um drama nem recente e nem exclusivo do Brasil.

Minha também orientadora acadêmica Mirian Goldenberg, igualmente atenta aos desafios enfrentados pelos estudantes dessa área, abordava, em 2008, as incertezas no caminho deles:

Nos últimos anos, durante muitos momentos, sinto-me muito mais como uma conselheira do que uma professora dos meus alunos de graduação, mestrado e doutorado. Encontro alunos desestimulados, não com a atividade de ensino ou de pesquisa, mas com o caminho que ainda têm de enfrentar sem a certeza de que, após anos de investimento, irão trabalhar como cientistas sociais e receber um salário decente. Os de pós-graduação reclamam do valor da bolsa. Outros reclamam que não têm bolsa. Após horas de conversas, sinto-me exausta e sem energia por não conseguir convencê-los de que, apesar do esforço necessário, vale a pena. Convençê-los de que são excelentes pesquisadores, e que o caminho, apesar de aparentemente longo, pois exige muito investimento e alguns sacrifícios, vale a pena (Goldenberg, 2008, p. 63).

Dessa forma, não pretendo me debruçar tanto sobre como adquirir *anthropological blues*, mas sim sobre como pude escolher o caminho da Antropologia, permanecer nele e tirar o meu sustento como professora de ensino superior. Lanço mão de uma forma ensaística, em diálogo com perspectivas teóricas que se verão de modo explícito ou implícito no relato, e em seu modo de articular “subjetividades” e “reflexividades” com “cultura” e “estruturas”. Elas ajudam a desenhar as questões que interessam aqui, e, por conseguinte, conduzem a seleção dos aspectos que compõem o percurso, considerando sua relação com os referidos pontos.

LEITURAS IMPLÍCITAS NO RELATO

A conceituação de Pierre Bourdieu (1968, 1979, 1980, 2005, 2008; Catani, 2011; Setton, 2002) se verá presente na minha leitura sobre a organização do meio acadêmico enquanto um *campo* com regras próprias, no qual aspirantes precisam “jogar o jogo” em um processo que requer conquistar, mobilizar ou manipular capitais específicos – cultural, social, simbólico, econômico – na disputa por uma posição dominante



ou, no mínimo, de inserção e pertencimento ao campo. Uma leitura *bourdieusiana* se verá, também, na validade creditada às noções de classe social e *habitus* e às dimensões materiais e simbólicas que produzem e reproduzem desigualdades na inscrição dos sujeitos em suas experiências nos diferentes campos da vida social.

Com relação ao tema das reflexividades, sabe-se o quanto ele ocupa a atenção das Ciências Sociais, e da Antropologia, há bastante tempo, demandando que os pesquisadores se tornem conscientes dos efeitos de suas subjetividades para o conhecimento que produzem (Beck; Giddens; Lash 2001; Geertz, 2001; Domingues, 2002; Minayo & Guerriero, 2014). A meu ver, essa questão, embora não seja uma novidade, requer um processo de autoinvestigação que raras vezes é realizado com a devida profundidade. A noção de que o lugar social do antropólogo precisa ser incorporado e articulado a suas interpretações muitas vezes não passa de uma explicação *pro forma* em aulas de metodologia científica, sendo bastante comum, no cotidiano da vida acadêmica, a experiência de ler a respeito de fenômenos subjetivos sem que se tenha um conhecimento mínimo sobre o lugar social ou a subjetividade daquele que escreve.

Esse fenômeno se torna ainda mais curioso quando confrontado não apenas com a maior abertura que se passou a dar às autoetnografias no campo das Humanidades (Atkinson, 2006; Santos, 2017), como também – e antes disso – com as imensas contribuições que as Ciências Sociais historicamente ofereceram no sentido de fazer das instituições de ensino superior um objeto importante de reflexão e pesquisa. O próprio Bourdieu é um caso exemplar. Embora possamos perceber, por meio de entrevistas, biografias e mesmo em alguns escritos dele, uma articulação entre suas vivências pessoais e seu engajamento com o tema das desigualdades, a teorização *bourdieusiana* das estruturas de distribuição de poder no meio acadêmico veio acompanhada em poucas ocasiões de relatos autobiográficos (Wacquant, 2002; Bordieu, 2005). Sabemos, contudo, o quanto seu pensamento social sobre educação se vincula à trajetória de vida de um estudante de origem trabalhadora e camponesa do século XX, que enfrenta dificuldades no universo das prestigiosas instituições de educação na França.

O receio de ferir os princípios de objetividade e rigor científicos parece até hoje instigar os pensadores e pesquisadores das Ciências Humanas a fornecer informações insuficientes sobre a relação que possuem com seus assuntos de reflexão. Imergir em níveis mais profundos de reflexividade é um esforço frequentemente evitado. Muitos podem ser os motivos para isso, entre os quais a chamada “colonialidade do saber” (Mignolo, 2017; Grosfoguel, 2016). A prática acadêmica revela, historicamente, bases eurocêntricas que se ancoram em uma pretensa universalidade



científica. Tradicionalmente, o cientista não se viu, de modo situado, como um sujeito de raça branca, gênero masculino, classe privilegiada e habitante do norte global, concebendo a sua perspectiva como o centro de referência do mundo, sem precisar “localizar” os seus saberes (Haraway, 2009).

Além disso, o reconhecimento de sua própria condição pelo privilegiado depende de um esforço de honestidade e humanização para o qual nem sempre há interesse político ou disposição emocional. Nesse sentido, para a estabilidade ou manutenção do *modus operandi* acadêmico, não é apenas desejável como também conveniente que se preservem certos tabus sobre o lugar social de seus protagonistas; lugar que deveria ser sempre lembrado a partir das condições que lhes permitiram a participação nesse meio. E isso, com Bourdieu, pode ser feito por meio de noções como as de *habitus*, *capital cultural*, *capital social*, entre outras.

O contato com perspectivas feministas antirracistas também tem trazido contribuições para o modo como realizo uma leitura sociocultural da minha história. A possibilidade de enxergar as estruturas elitistas, racistas e sexistas do meio acadêmico, a importância de visibilizar assuntos próprios da experiência feminina que ainda precisam conquistar relevância política nesse meio e o reconhecimento dos meus privilégios são exercícios que aprendo com autoras como Djamila Ribeiro (2018), bell hooks (2013) e Patricia Hill Collins (2016). Essas intelectuais versam com honestidade e coragem sobre as barreiras, dificuldades e rejeições que enfrentaram enquanto mulheres negras em suas vivências de formação no meio universitário. Elas me ajudam a desenvolver uma maior abertura para situar a minha trajetória de vida enquanto a de uma pessoa branca em uma sociedade racista, pois minha “branquitude” provavelmente dificultou o reconhecimento de diversos privilégios que, após essas leituras, penso ter melhores condições de identificar, como é o caso da aquisição de alguns capitais culturais e sociais. Respeitadas as diferenças, também me sinto identificada com um tipo de vivência narrado por elas e que, a meu ver, é facilitadora do exercício de relativizar e de “observar o familiar”: a sensação de ter sido como um peixe fora d’água em certos meios sociais, ou a de ter transitado entre mundos culturalmente diferentes.

Noções da Antropologia Urbana brasileira discutidas por Gilberto Velho (1994; 2010), como as de mediação e metamorfose, estão implícitas na alusão a essas experiências, considerando-as em meio aos diferentes territórios sociais e simbólicos da cidade do Rio de Janeiro, com suas fronteiras capazes de definir identidades. Acerca disso acrescento que a vivência de condições e situações paradoxais, ambivalentes ou contraditórias pode ter cumprido, inclusive, um papel na minha escolha por uma carreira centrada no exercício de relativização, comparação e tradução culturais.



É válido dizer que, ao lado dos(as) autores(as) indicados(as), as possibilidades que hoje tenho de refletir dentro do que se convencionou chamar de “Indivíduo e Sociedade” se ligam ao contato que tive com questões dessa área desde a minha trajetória de formação acadêmica. Tive o privilégio de ser orientada por uma antropóloga com quem aprendi a praticar a reflexividade em conversas e pesquisas, sendo constantemente provocada por Mirian Goldenberg a pensar sobre como eu estaria implicada nos meus temas de interesse e a investigar de que forma eles me afetavam. Foi também com ela que aprendi sobre a teoria de Pierre Bourdieu e seu potencial de aplicação para entender realidades próximas. Na sua tese de doutorado, Mirian interpretou a trajetória de vida de uma famosa atriz brasileira, Leila Diniz, à luz da teoria dos campos, uma leitura que me marcou profundamente durante a graduação (Goldenberg, 1996).

Por fim, e não menos importante, seria injusto desconsiderar que minha experiência com terapia psicanalítica ao longo de quinze anos também me colocou em contato com uma prática autorreflexiva na qual episódios autobiográficos devem ser reconhecidos e concatenados a partir das emoções e significados que despertam. Intellectualmente, a dimensão da psique humana sempre me interessou, mas é possível que, com a ajuda do tratamento psicanalítico, eu tenha abrandado parte do medo de me tornar uma cobaia do meu próprio espírito investigativo, o que me encoraja a fazer um relato como este.

DAS ORIGENS À FORMAÇÃO

Sou filha de estrangeiros: pai espanhol e mãe argentina. A família do meu pai migrou no contexto do pós-Guerra Civil Espanhola, em 1951, para a Argentina, quando ele ainda era criança. Meus avós paternos criaram os filhos na província de Buenos Aires, com o meu avô exercendo atividades técnicas em fábricas e minha avó cuidando da casa. Os dois, com boa instrução, em uma família de classe média, conduziram os filhos para a universidade, tendo meu pai cursado Engenharia, e minhas tias, Psicologia e Letras. Minha mãe também veio de uma família que migrou para Argentina, porém numa geração anterior, nos primeiros anos do século XX. Meus bisavós vieram da Galícia e do norte da Itália. Comparativamente, a família da minha mãe era mais “rural”, humilde e menos escolarizada. Minha avó podia ler bem, mas escrevia mal, e minha mãe, embora falasse e escrevesse muito bem, não realizou o ensino superior, como tampouco o fizeram seus irmãos. Coursou, sem concluir, o curso normal ou magistério, enquanto trabalhava como auxiliar de um dentista.



Meus pais se casaram e seguiram vivendo na região metropolitana de Buenos Aires até que meu pai, que a essa altura já trabalhava como diretor de engenharia em uma multinacional, fosse expatriado para o Brasil. Aqui tiveram 3 filhos, sendo eu a caçula, nascida em 1980, no Rio de Janeiro, quando a família, por ter crescido, mudou-se para um apartamento maior no bairro de Ipanema, Zona Sul da cidade. Estranho seria se traços de elitismo não construíssem minha subjetividade, pois vivi nos moldes de uma família nuclear “tradicional” burguesa de classe média alta até os meus oito anos de idade. Escola particular, empregada doméstica, atividades extracurriculares, catecismo, saídas nos fins de semana, viagem de avião nas férias para ver a família. Na televisão, eu gostava de cantar com o Trem da Alegria, dançar com a Xuxa e me fascinar com os episódios do documentário *Xingu, a Terra Mágica*, exibido na extinta Rede Manchete.

Com o falecimento do meu pai – um infarto fulminante vivido nas ruas de Lima, no Peru, durante a primeira viagem de férias que o casal fazia sem os filhos –, minha mãe precisou enfrentar a realidade de ser uma estrangeira viúva criando sozinha três crianças de 11, 9 e 8 anos. Em situação financeira incerta, ela primeiro trabalhou para uma loja de decoração, no Leblon, que pertencia à amiga de uma amiga, e depois para uma agência de turismo, onde permaneceu por muitos anos, vendendo *city tour* e demais passeios para turistas hospedados no Sheraton. Ela, que não havia trabalhado desde que vieram da Argentina, jamais receberia uma renda comparável ao salário de um executivo, e assim a família viveu uma queda significativa em seu padrão de vida.

Minha mãe fazia escolhas controversas na administração do dinheiro e se recusava a mudar de onde vivíamos, um amplo apartamento de três quartos, em um prédio de quatro andares e apenas um apartamento por andar, no “filé mignon” de Ipanema. Isso seria compreensível se não tivéssemos deixado de ter, para arcar com a resolução, o que era comum inclusive em meios não tão abastados, como os de classe “média média”: plano de saúde, mesada, dinheiro para sair e comprar coisas, viagens, videocassete e *cd player* em casa. Não tínhamos dinheiro para nada. Ela se esforçava, sem êxito, para cumprir com os elevadíssimos aluguel e condomínio e ia acumulando dívidas. Após oito anos, fomos convidados a nos retirar. As possibilidades de conversar sobre nos mudarmos para um apartamento e localidade mais condizentes com a renda que entrava eram nulas. Minha mãe se zangava e, de modo autoritário, encerrava dizendo “*no voy a vivir en una favela*” ou então “*basta, no voy a vivir en Madurera*”. E assim, a decisão era permanecer em locais de mesmo perfil, inclusive na mesma Rua Redentor, revivendo, por duas vezes, a mesma situação. Morávamos em apartamentos de três quartos em um dos bairros mais caros da cidade,



mas vivíamos mal. Compete comentar que meu pai havia comprado quatro pequenos apartamentos na região metropolitana de Buenos Aires, pertencendo metade à minha mãe e metade aos 3 filhos. O dinheiro da venda dos dois que estavam no nome dela foi integralmente utilizado para o pagamento dos aluguéis. Os outros dois só podiam ser vendidos quando o(a) filho(a) mais novo(a), no caso eu, completasse 18 anos. Financeiramente, minha mãe só se movia com cheques pré-datados, parcelamentos e cheque especial. Era capaz de comprar parcelado um vestido caro para uma ocasião e, em seguida, explodir de raiva porque não tinha dinheiro para pagar o táxi. *Decadence avec elegance.*

Minha mãe negociou um desconto no colégio particular onde estudávamos, no Jardim Botânico, tendo conseguido bolsa integral para dois filhos, pagando a mensalidade apenas de um. Dessa forma, meus irmãos e eu tivemos a oportunidade de uma escolarização de elite, o que nos permitiu, anos mais tarde, boas condições de ingresso no ensino superior, além da criação de fortes vínculos de amizades e relações que nos abriram portas e facilidades em diferentes momentos da vida. Por essa decisão, de fato, jamais a condenarei.

A partir da morte do meu pai, passamos a viver em condições paradoxais: frequentávamos círculos elitizados, mas sem gozar de uma real condição de elite. Havia algo do *background* sociocultural e da personalidade da minha mãe que nos colocou nesse trânsito ambivalente. Ela mesma tinha levado uma vida simples e foi socializada a se encarregar das atividades da casa, reproduzindo um fanatismo por limpeza e arrumação. Como reza a lenda familiar, minha bisavó limpava, um a um, os pés das galinhas antes de colocá-las no galinheiro recém-lavado. Minha avó passava os dias cuidando da casa, lavando calçada e mexendo com água sanitária, o que pude ver nas minhas férias em Buenos Aires. Também soube de um segredo de família, sobre a minha avó trabalhar como diarista na casa de uma família para completar a pensão após a morte do meu avô – mas meu tio, seu filho mais velho, não podia saber, pois não considerava a ocupação digna.

Minha mãe herdou da mãe dela um perfil autoritário e um estilo “mão na massa”. Percebia que os porteiros em Ipanema não a reconheciam como uma típica “dondoca” porque estava sempre afobada, resolvendo coisas na rua, carregando sacolas de supermercado e elevando o tom de voz quando sentia que queriam passar a perna nela por ser “gringa”. Ao mesmo tempo, tinha gostos refinados, pintava porcelana, e se movia bem em círculos de elite. Estudou italiano e arranhava inglês, o que a ajudou a trabalhar com turismo e a participar de um grupo internacional de mulheres chamado “*Cooking Group*”, composto por esposas de executivos expatriados e diplomatas que se reuniam uma vez por mês para oferecer um almoço típico de



seu país de origem. Era uma experiência gastronômica e cultural fina e chique, que ela preservou mesmo após a morte do marido. Assim, ela sabia se metamorfosear nas figuras de dondoca, cosmopolita e serviçal. Quando, a duras penas, chamava uma diarista para trabalhar em casa, tirava o dia livre para arregaçar as mangas e faxinar junto com a moça.

Não é preciso dizer que os apartamentos onde vivíamos sempre contavam com a chamada “senzala moderna”, o quartinho de empregada, que evidentemente não era utilizado com sua finalidade original. Dividir as atividades domésticas passou a fazer parte da rotina da nossa casa porque tudo precisava ficar sempre muito “limpio y ordenado”. E esse não era apenas um capricho, mas uma ordem que deveria ser obedecida sob pena de gritos e mesmo tapas e puxões de cabelo. Assim, desde criança eu não apenas lavava louça e passava a “feiticeira” no carpete, como também tinha de lavar a sola de todos os sapatos da casa e às vezes até lustrá-los.

Na adolescência, com 16 anos, também empurrada pela minha mãe, tive de começar a fazer bicos para ganhar algum dinheiro e trabalhei com minha irmã como recepcionista de eventos, comparecendo uniformizada e maquiada em hotéis cinco estrelas que sediavam congressos temáticos para distribuir fones de tradução simultânea. Sentia vergonha por fazer algo impensável entre as minhas amigas e por faltar algumas vezes às aulas do colégio. As demais moças que trabalhavam conosco moravam em bairros da Zona Norte ou Baixada, e tinham uma origem claramente mais humilde. Diferenças socioculturais se faziam notar entre nós: na linguagem, nos assuntos, aspirações, gostos e estéticas. Interessante pontuar como numa sociedade racializada como a brasileira essa questão corporal e de *habitus* operou uma certa “camuflagem” da nossa “pobreza” diante dos outros, inclusive nos meios de elite. Pele clara, olhos verdes (minha irmã loira e alvíssima), falando espanhol em casa e morando em Ipanema, só poderíamos ser ricos.

Mas as dificuldades na adolescência não foram apenas materiais, tendo havido, também, as morais. Minha mãe não teve outro relacionamento, permanecendo viúva, dedicada aos filhos, à casa, ao trabalho e às amizades. Morreu na mesma data de morte do meu pai, dezesseis anos depois. Seguindo um estilo linha-dura e tradicional na criação dos filhos, conversas sobre drogas ou sexo eram evitadas ou reprimidas, o que só agravava a já difícil barreira comunicacional – em espanhol – com ela. Ao mesmo tempo, e por sorte, eu era autorizada a dormir na casa das minhas amigas, o que me permitiu conhecer realidades familiares diferentes da minha, com pais muito mais abertos, liberais e próximos dos filhos. Minhas amigas faziam teatro, terapia, tinham liberdade para dormir com o(a) namorado(a) em casa e fumar maconha. Em famílias de esquerda, famílias de músicos e artistas, eu podia experimentar estilos de



vida e visões de mundo diferentes do que vivia em casa. Nesses meios, eu conhecia histórias da ditadura militar por quem havia sido torturado ou perseguido, também aprendia a apreciar MPB, teatro, jazz, bossa nova, dança contemporânea, cinema, entre outros assuntos “alternativos” quanto aos que circulavam em casa.

No segundo grau, me sensibilizei profundamente com o que aprendia sobre as desigualdades sociais nas aulas de História do Brasil, que eram dadas por um filósofo que creio ter sido o primeiro intelectual que conheci.¹ Ao saber do meu interesse pelos povos indígenas, conversava comigo sobre Antropologia e me trazia recortes de jornal quando algo sobre o assunto era publicado. Ele foi a influência mais direta na escolha da minha carreira, me encorajando a prestar o vestibular para o curso de Ciências Sociais, no IFCS/UFRJ, onde ele mesmo estudara Filosofia. Eu não conhecia nenhum antropólogo ou sociólogo, mas estava movida por dois ideais juvenis: combater as desigualdades e viver numa tribo indígena.

Minha mãe não abria mão de que os filhos tivessem diploma universitário, mas nos deu liberdade de escolha. Dizia, contudo, que se não ingressássemos em uma universidade pública, teríamos de pagar integralmente a mensalidade da faculdade, o que, de fato, ocorreu com a minha irmã. E foi assim que o curso de Ciências Sociais fez-se minha única opção nos vestibulares de universidades federais que prestei. Como a maior parte dos colégios de elite, o meu também concentrava esforços para a aprovação de seus alunos em universidades de prestígio e, por ter sido historicamente uma boa aluna, cheguei a fazer parte de uma turma especialmente cobrada para essa finalidade. Como o curso de Ciências Sociais não estava entre os mais disputados, minha aprovação na UFRJ e na UFF foi quase natural. Escolhi o campus menos distante de casa e assim comecei a engatinhar como uma “aspirante” ao campo acadêmico.

Pode-se pensar que as diferentes experiências de socialização que vivi desde o nascimento até a formatura no colégio foram constituindo um *habitus*. Por meio de relações de diferentes tipos e graus de proximidade fui aprendendo, conhecendo e incorporando certos conhecimentos, padrões culturais, gostos, idioma, códigos, linguagens, éticas e estéticas. Não apenas através do estabelecimento de fortes vínculos, como na família, na escola e nas amizades, como também nas interações superficiais ou transitórias que são fruto da participação em diferentes ambientes próprios da vida na cidade grande, fui vivendo o processo que converte o capital cultural incorporado em um *habitus* que, por sua vez, foi favorável não apenas para o meu ingresso no ensino superior, como também para uma carreira nas Ciências Humanas.

1 Após se doutorar em Filosofia na primeira ocasião de defesa a que eu tive a oportunidade de assistir, Marildo Menegat se tornou professor da Escola de Serviço Social da UFRJ.



A JORNADA DE FORMAÇÃO

Uma vez no curso de Ciências Sociais, percebi que, para fazer dele uma “carreira”, era preciso percorrer certas etapas, como participar de atividades de iniciação científica e realizar o mestrado. Cumpri essas fases em sequência e com bolsas de estudos. Seguiu morando com a minha mãe e agora tinha o dinheiro das bolsas para usar com os meus próprios gastos. Me tornava, além de estudante universitária, uma pesquisadora iniciante.

Quando estava finalizando o mestrado em Sociologia e Antropologia, minha mãe morreu de câncer. Meus irmãos e eu precisávamos sair urgentemente de Ipanema e minha bolsa de mestrado acabaria em dois meses. Uma amiga de infância me arrumou um emprego em uma produtora e distribuidora de filmes, o que garantiu o meu sustento logo após o mestrado. Moramos de favor por uns meses em um pequeno apartamento em Copacabana, emprestado pela família do namorado da minha irmã.

Aproveitando a facilidade com o castelhano e a cidadania espanhola a que tive direito pela origem do meu pai, eu já planejava cursar o doutorado na Espanha, e, conversando a respeito com o antropólogo Gilberto Velho, que compôs a minha banca de mestrado, ele me falou sobre um programa de Antropologia Urbana em Tarragona e me passou o contato de um professor de lá. As aulas começariam em outubro. Cabe lembrar que meses antes do falecimento da minha mãe, os outros dois apartamentos do meu pai finalmente puderam ser vendidos, o que foi feito a preço de banana, pois a Argentina enfrentava uma profunda crise econômica. Comprar a passagem de ida para a Espanha e adiantar dois meses do alojamento onde eu iria morar era tudo o que essa “herança” me permitia. Pedi demissão da produtora de filmes e fui para Tarragona no mesmo ano, vivendo financeiramente em uma corrida contra o tempo. Meu irmão, que se via profissionalmente deslocado e sem rumo, achou por bem ir comigo e tentar a sorte na Europa.

Na minha primeira ida à secretaria do programa de doutorado, fui informada de que o prazo dos dois editais de bolsa doutoral existentes iria se encerrar em poucos dias. Desembestada, comecei a preparar toda a documentação exigida, incluindo a formulação de um projeto que precisava da assinatura de um orientador. Procurei o professor que coordenava o programa, Jordi Roca, que, mesmo sem afinidade com o tema proposto, se dispôs a ajudar.

A cidadania espanhola me permitiu concorrer às bolsas para espanhóis, o que foi uma grande vantagem, pois para os estrangeiros a quantidade era bem menor. Inicialmente fui aprovada no programa de bolsas doutorais da *Generalitat*, o governo



da Catalunha, que pagava, aproximadamente, 850 euros. Quando a primeira mensalidade bateu na minha conta bancária espanhola, apenas 50 euros me restavam. Pude respirar aliviada, não precisaria trabalhar como garçomete ou vendedora de loja. Ao ser também aprovada no edital do ministério de educação espanhol, renunciei à bolsa anterior, pois o valor era um pouco maior, cerca de 1100 euros.

Foi assim que vivi como bolsista de doutorado na Espanha, cursando o doutorado em Antropologia Urbana. Nos primeiros nove meses morei com meu irmão em um alojamento universitário em Tarragona, período no qual as aulas, em modalidade intensiva, aconteceram. Quando precisei somente redigir a tese, fui morar em Barcelona. Apesar de precisar dividir o aluguel do apartamento com outras pessoas, eu estava satisfeita por levar uma vida relativamente confortável. Com exceção da moradia, os demais custos de vida eram baratos, sem contar que eu podia usufruir de serviços públicos de qualidade, incluindo o sistema de saúde e as diversas bibliotecas espalhadas pela cidade, onde eu estudava e escrevia a tese. Minha bolsa também financiava viagens para pesquisa, o que me permitiu retornar ao Rio em duas ocasiões.

Não é difícil reconhecer que os privilégios da minha branquitude se iniciam antes do meu nascimento, desde a história de minha ascendência familiar. Embora vivendo dificuldades e buscando melhores condições de vida, sabemos que os imigrantes espanhóis que vieram para a América Latina entre os séculos XIX e XX viveram condições incomparáveis com o deslocamento forçado de povos africanos que passaram pelo processo de escravização no Brasil. Incentivos e facilidades estatais e institucionais foram criados para favorecer o projeto de imigração europeia nesse período, o que contrasta com as condições das pessoas negras no período pós-abolição, marcadas por uma completa exclusão e marginalização. Além disso, meus avós paternos tinham escolarização, formação técnica e condições para inserir e manter os filhos em instituições de qualidade na Argentina, o que permitiu que meu pai fizesse ensino superior e se tornasse engenheiro em uma multinacional. Diferentemente do que ocorre em um grande número de famílias negras em condições desfavorecidas, na minha, o campo da educação foi profundamente prospectado, objetiva e subjetivamente, para acompanhar a trajetória de vida dos filhos. Como já atentava Bourdieu (1979), capitais sociais e simbólicos têm o poder de se converter em capitais econômicos. As relações que estabeleci a partir do campo da educação, tanto básica quanto superior, me abriram portas para atividades de trabalho e oportunidades econômicas. Além disso, a ascendência europeia me deu vantagens significativas na minha experiência de doutorado, pois sem as facilidades burocráticas que obtive com a cidadania espanhola eu sequer teria decidido estudar no exterior ou conseguido uma bolsa de estudos.



DA FORMAÇÃO AO LIMBO

Como em qualquer processo de socialização, as experiências no ambiente acadêmico também são marcadas pela produção de modelos de referência a serem seguidos e, como ocorre habitualmente nas relações de aprendiz e mestre, eu me inspirava no perfil profissional dos meus próprios professores(as) e orientadores(as), imaginando que, ao final do percurso, seria como eles(as).

Um tipo ideal de carreira acadêmica naturalmente se produzia nas minhas aspirações, reunindo as características de uma professora de universidade pública, vivendo com alguma tranquilidade material e estabilidade financeira, atuante em graduação e pós-graduação na área das Ciências Sociais, em uma linha de pesquisa bem definida e financiada por órgãos de fomento, movida pelo amor ao conhecimento, aos estudos e à ciência. Essa projeção acabava preenchendo, de forma perniciosa, a lacuna deixada por um assunto pouco abordado nas formações acadêmicas em geral: que possibilidades ou alternativas teríamos nós, os aspirantes, após conquistar o diploma? Como deveríamos persegui-las? O que provavelmente ocorreria?

O destino profissional dos egressos não chega a ser assunto tabu na experiência universitária, pois sempre surge em conversas informais, inclusive como preocupação dos orientadores com seus orientandos. Mas as incertezas, dificuldades, frustrações, estratégias, tempo e energia dispendidos, entre outros desafios que se apresentam no processo de inserção profissional no meio acadêmico parecem constituir um não dito do currículo formal. Assim, desde o período do mestrado, senti que, ao lado dos esforços em me aprimorar, certa dose de fé quanto a encontrar um espaço no meio acadêmico também era necessária.

Após defender a tese na Espanha, retornei ao Brasil, sem imaginar a verdadeira saga que ainda me aguardava para que pudesse ter o requisito básico para assumir o cargo de professora adjunta, caso fosse aprovada em algum concurso público: o diploma de doutorado revalidado. Meu diploma foi emitido pela universidade após um longuíssimo período, e ainda precisaria passar por trâmites no ministério de educação espanhol, em Madri, no consulado brasileiro de Barcelona, na filial do Itamaraty no Rio de Janeiro e em alguma universidade brasileira que fizesse a revalidação em curso equivalente. Para essa parte, pude contar com a parceria do meu amigo gaúcho Vitor Hugo, que cursou o doutorado na minha turma, seguia morando na Espanha, mas também desejava a revalidação de seu diploma. Ele se encarregaria dos trâmites na Espanha, e eu, no Brasil. Contudo, após toda a burocracia enfrentada por ele, os diplomas simplesmente não chegavam, até entendermos que haviam sido extraviados. Após travar diversas batalhas com os Correios, os diplomas, um belo dia, apare-



ceram, o que me fez chorar de emoção. Eu finalmente podia dar entrada no processo de revalidação, que levaria mais seis meses para ser concluído.

Estimo que, da defesa da tese até ter diploma revalidado em mãos, tenham se passado dois anos e meio de aflição pelo meu impedimento objetivo de participar de concursos para professora adjunta e de exercer a profissão na qual eu já havia investido mais de dez anos de estudos.

É claro que, financeiramente, eu não tinha condições de ficar apenas aguardando a chegada do diploma e sua revalidação, e precisava me sustentar de algum jeito. Após a defesa da tese, embora já estivesse no Brasil, tive direito a alguns meses de seguro desemprego espanhol. Isso porque as bolsas espanholas incluem um contrato de atividades de trabalho com a universidade – o que de fato eu havia realizado dando aulas de Antropologia para a graduação em “*Trabajo Social*”. Alugar um apartamento sozinha na Zona Sul do Rio não era financeiramente viável, de modo que dividia as contas com a minha irmã e depois com amigas, até me juntar com meu namorado – o futuro pai do meu filho –, que já tinha um apartamento próprio no Flamengo.

Foi durante esse período que recebi um convite inusitado para atuar junto a um grupo de consultores de empresas voltados para assuntos de “cultura organizacional”. Eu havia sido indicada por Marcelo Ramos, pesquisador assistente da professora Mirian, que teve importância central na minha iniciação científica. Sem ter qualquer contato com o tema empresarial, mas já prevendo incertezas profissionais, me abri para a experiência e participei de projetos de pesquisa dentro de empresas, aprendendo um pouco sobre esse universo.

Nesse processo, entrei em contato com os jargões do meio empresarial, pois o que nós oferecíamos deveria constituir um valor para o cliente, o que exigia, em primeiro lugar, que nos colocássemos em seu lugar a fim de compreender suas dores. Em reuniões de *brainstorming* fizemos uma *matriz SWOT* da própria equipe, buscando *alinhar* o entendimento comum a respeito de nossa própria *entrega*. Também aprendi que, para vender consultoria, deveríamos formular *propostas técnicas* e *propostas comerciais*, devendo-se *precificar* nesta última o valor da nossa hora de trabalho. Atividades como realizar *calls*, observações de contexto, entrevistas, confeccionar relatórios, dar aulas e fazer reuniões de *feedback* poderiam ter valor de hora diferentes, assim como poderia variar a hora dos consultores segundo sua categoria (*júnior, pleno, sênior*), *expertise* ou senioridade. Os mais valorizados são aqueles que já conquistaram *reputação* o bastante para atrair ou *captar* novos clientes.

Por meio das relações que estabeleci na consultoria também fui convidada a atuar em um programa de mestrado profissional em Gestão Empresarial, como professora horista, lecionando a disciplina Antropologia do Consumo, em uma institui-

ção privada que não me exigia a revalidação do meu diploma. Recém-egressa de uma formação de natureza puramente acadêmica, nunca havia me imaginado atuando em um curso “aplicado” e me sentia estranha por lecionar não apenas em um curso de “gestão”, como em um mestrado do tipo “profissional”. Essas experiências profissionais, é claro, não se deram sem dilemas ético-morais, assunto tratado a seguir.

TRAINDO A ANTROPOLOGIA

Quando comecei a atuar como antropóloga em projetos de consultoria e em aulas para executivos, um certo mal-estar passou a me acompanhar: a sensação de estar traindo a minha profissão. Sabemos que o universo das empresas e da administração, as dinâmicas de mercado, o consumo, entre outros temas ligados ao capital são tratados com desconfiança e condenação no meio das Ciências Sociais por estarem associados a problemas de desigualdade, exploração, opressão, utilitarismo, entre outros.

Pensadores canônicos da tradição antropológica, de quem eu havia lido clássicas etnografias sobre povos tribais africanos, não poupavam críticas à “utilização” da Antropologia para fins aplicados. Na década de 1940, o britânico Evans-Pritchard alertava a Sociedade Antropológica da Universidade de Oxford que, “se permitirmos que os interesses do homem de negócio determinem a direção da pesquisa antropológica, faremos um desserviço à nossa ciência e a prejudicaremos” (Evans-Pritchard, 2022, p. 4). Ele prossegue insinuando que no coração do antropólogo não deve haver espaço para que a atenção aos “problemas fundamentais” concorra com a dedicação aos “problemas práticos”:

Pode-se considerar que é louvável um antropólogo investigar problemas práticos. Pode ser que sim, mas, se o fizer, deve se dar conta de que não está mais atuando no campo antropológico, e sim no campo não científico da administração. De uma coisa tenho bastante certeza: ninguém pode se dedicar de todo o coração a ambos os interesses; e duvido que alguém possa investigar problemas fundamentais e práticos ao mesmo tempo. Além disso, há um grave risco de que a pressão dos interesses políticos e administrativos, e as seduções que os acompanham, possam afastar muitos integrantes do nosso pequeno grupo de investigação de problemas puramente científicos, atrasando seriamente o avanço da ciência. (Evans-Pritchard; 2022, p. 2)

Herdeira de uma socialização universitária extremamente crítica ao capitalismo, estranho seria se eu não sentisse algum desconforto por trabalhar para o ambiente empresarial. Me sentia culpada por introduzir a Antropologia em uma dinâmica utilitarista, quando havia aprendido com os clássicos da Sociologia, desde as



disciplinas introdutórias, que a vocação científica se move pela busca exclusiva da verdade.

Via-me contribuindo, de alguma forma, com uma relação supostamente “espúria”, vendendo a “nobreza” de um conhecimento “puro” para um público que desejava fazer uso dele para ganhar dinheiro ou para melhorar seu status profissional. Mas eu não tinha muitas alternativas e precisava de dinheiro para me sustentar. Portanto, ali estava eu, atendendo a um *dress code* bem diferente do habitual entre antropólogos e sociólogos, arrumada, maquiada, interagindo com profissionais, em sua maioria mais velhos do que eu, que compareciam às minhas aulas de Antropologia do Consumo saídos direto do trabalho, à noite.

Curiosamente, anos antes de vivenciar internamente essas questões de cunho ético-moral, eu já tinha lido, durante o doutorado, um artigo sobre o tema, escrito pelo meu orientador Jordi Roca, publicado na revista *Etnográfica*, de Portugal. No início de sua carreira docente, Jordi também havia tido experiências com a temática empresarial, e discorre no artigo sobre “*la (mal) llamada cultura de empresa*”, um conjunto de preconceitos e temores que circulam, nem sempre explícitos, mas sempre latentes, nos meios acadêmicos a respeito do trabalho antropológico em (ou para) empresas.

Em estilo irônico e linguagem sarcástica – própria de certa “*mala leche*” ibérica –, o artigo põe em relevo as contradições e inconsistências do meio acadêmico em sua posição de “demonizar” o trabalho em empresas. Tentando sintetizar e traduzir alguns trechos e termos do artigo, mas sem a mesma graça, destaco o que diz Jordi sobre a Antropologia ser umas das profissões mais “academizadas” de todas, com exceção da paleografia e do estudo dos líquens, e que, portanto, a imagem de um antropólogo fazendo trabalho aplicado em empresa se assemelha à de alguém “atolado em um pântano”. Parte do preconceito contra o ambiente de empresas estaria ligado à “pureza disciplinar”, já que levar a etnografia ao âmbito empresarial faz com que ela perca a sua “aura de santidade” epistemológica, teórica e ideológica, passando a ser vista como suspeita, confusa e oportunista. Mas seria o esnobismo do meio que explicaria o desdém com que os antropólogos olham para as atividades aplicadas. Tal atitude “pedante” visaria reforçar que a Antropologia é um reduto de mentes privilegiadas, brilhantes e superiores, com preocupações elevadas demais – “como a de salvar o mundo ou, mesmo, a de perdô-lo” –, não cabendo, portanto, aos antropólogos, “chafurdar” em realidades prosaicas, devendo antes “prestigiar o inútil” (Roca, 2001, p. 75).

Prossigo recuperando e traduzindo as alfinetadas de Jordi ao meio acadêmico, pois me fazem rir pelo modo como são escritas. Ele diz que a traição daquele que



trabalha para empresas será ainda maior se a remuneração recebida superar, real ou imaginariamente, a que é habitual entre os antropólogos mais bem pagos da academia. E que aqueles que, diante de um convite ou proposta de trabalho, conseguem, em um primeiro momento, superar a demonização da empresa, ficam logo em seguida “à beira de um ataque de nervos” ou “paralisados de timidez” diante do fato de que “alguma coisa do que fazem possa ter alguma utilidade”. Por isso, aludem rapidamente à falta de tempo e a outras ocupações – pois, como ele ironiza, já sabemos bem do excesso de oferta de trabalho de que desfrutam a maioria dos antropólogos –, ou à já comentada questão ética, quando na verdade disfarçam uma realidade muito mais “patética”, que é a de sua imperiosa vontade de sair correndo e tirar o corpo fora pela sua “completa falta de confiança e segurança em assumir o desafio” (Roca, 2001, p. 78).

Sarcasmos à parte, essa sensação de falta de confiança de fato me ocorreu em diversos momentos como professora de Antropologia para executivos. Sentia que meu valor nunca estaria suficientemente provado diante de meus alunos. Assim, ao lado da arrogância que, subjetiva e internamente, reivindicava para mim mesma – tal como diz Jordi, enquanto “portadora de uma nobre ciência pura, complexa e profunda” versus “eles”, meus alunos, (porcos) capitalistas, limitados, instrumentais –, eu não passava de uma jovem doutora debutando como docente. Na preparação e exposição das aulas, me esforçava por provar que aquele conhecimento era importante, que “servia”, que tinha uma *utilidade*. Era como se eu quisesse dizer à turma: “Estão vendo estas fotos incríveis das tribos australianas que estou mostrando no meu *powerpoint* para falar de um complexo ritual de trocas econômicas e simbólicas? Pois bem, o motivo de tratarmos deste assunto não é porque seja algo que eu, particularmente, ache interessantíssimo, mas sim por ser algo que vocês, enquanto *gestores de empresas, precisam saber.*”

Curiosamente, eu sentia que precisava convencê-los, mas os alunos, por sua vez, se entregavam à disciplina – que, diga-se de passagem, era uma eletiva –, com o alívio de quem recebia uma autorização formal para “pensar fora da caixa” em algum momento do dia. De fato, dentro da grade curricular do mestrado profissional, aquela disciplina poderia ser uma espécie de purpurina, um bônus a que eles tinham direito por já terem se garantido nos assuntos realmente sérios, como finanças, estratégia ou gestão de projetos. Debates sobre temas pitorescos e exercícios de relativização serviam como uma espécie de descompressão necessária e, por isso, valorizada, na vida daqueles alunos/profissionais.

O tempo foi passando e, com ele, também as minhas aflições éticas e inseguranças profissionais. Eu seguia sendo convidada para lecionar a disciplina, além de



orientar dissertações de mestrado, o que fiz ao longo de dez anos. Passei a me ver mais próxima dos alunos que, assim como eu, também estavam ali correndo atrás de seu ganha-pão. Além disso, na relação com os orientandos, comecei a perceber uma coisa constrangedora que, naquela época, eu jamais confessaria aos meus pares da academia: a de que engenheiros, profissionais de marketing e administradores podem entender melhor a respeito de “cultura” do que vários antropólogos que circulam por aí. Isso me estimulava a aprender e a trocar com eles, o que me aproximava ainda mais do saber antropológico. Sentia-me orgulhosa da minha identidade porque percebia, de fato, a contribuição e a riqueza que a minha perspectiva era capaz de oferecer para públicos com perfis diferentes dos das Ciências Sociais “puras”.

Mas, como nem tudo são flores, embora o valor da hora-aula dessa instituição fosse mais elevado do que o praticado na maior parte do ensino superior privado no Rio de Janeiro, eu lecionava um número reduzido de disciplinas e pagava as minhas contas com dificuldades. Minha renda, além de irregular, não chegava a um terço da que recebia um professor contratado ali, ou mesmo um professor concursado de uma universidade pública. Eu recebia também pelas orientações de dissertações, e por colaborações eventuais com alguns projetos internacionais do programa, mas não tinha uma relação contratual. Dependia de que esses convites fossem feitos para seguir atuando ali, o que me fazia sentir sob o risco de não ter renda alguma a qualquer momento. Com filho pequeno e uma separação para lidar, tudo se tornava mais difícil.

TENTANDO ME EQUILIBRAR

Depois de alguns anos, passei a sonhar com a possibilidade de ser regularmente contratada. Gostava de trabalhar lá e valorizava a qualidade e o prestígio do programa e da instituição. Acreditava que por não ter artigos publicados nos bons e, preferencialmente, internacionais periódicos da área de administração, a contratação não ocorria. De fato, essa questão deve ter tido o seu peso, ao lado da minha inabilidade política no trânsito com pessoas estratégicas. A instituição tinha outras áreas, além da pós-graduação, que poderiam valorizar o meu currículo e onde eu poderia me inserir. Mas minha habilidade para “conhecer gente”, “puxar papo”, “fofocar”, ou mesmo “bajular” sempre foi escassa. Essa questão, juntamente com a culpa pela minha “improdutividade” científica, ocupava as sessões da terapia que fiz com Regina Ewald, uma psicanalista ímpar, além de querida e generosa, que se compadeceu do meu momento e chegou a me atender gratuitamente por bons períodos.

Em geral, os docentes contratados pela instituição para quem eu expunha mi-



nha aflição demonstravam que se tratava de uma questão “delicada”. Alguns me encorajavam a ter publicações internacionais, outros mencionavam que a instituição estaria em crise, e havia ainda aqueles que entendiam se tratar, de fato, de uma questão política. Em uma festa de fim de ano do programa, na barra de bar, cheguei a ouvir de um colega que ascendera em sua posição que, para conseguir o que eu almejava, eu deveria “colar nele”. Jamais saberei o motivo exato que impedia a minha contratação nessa instituição e o mais provável é que tenha sido o somatório dos fatores elencados.

O certo é que a instabilidade econômica que me acompanhou ao longo desses dez anos foi um verdadeiro tormento – especialmente com a separação, período no qual vivi sob grande aperto financeiro. De fato, caso permanecesse apenas lecionando nessa instituição, eu não teria condições de “bancar” a separação, e foi apenas quando tive uma renda complementar, após ser aprovada numa vaga de substituta em uma universidade pública, que tive condições de alugar uma pequena quitinete, em Laranjeiras, onde fui morar com meu filho, então com 3 anos. Nesse processo, recebi ajuda financeira de amigos e fazia malabarismos para os gastos caberem no orçamento.

No tocante à experiência docente, pude vivenciar alguns contrastes enquanto professora substituta em uma universidade federal, no curso de Ciências Sociais, com relação à atuação no mestrado profissional em gestão no ensino privado. Se minha ansiedade diante dos alunos gestores era a de provar que meu conhecimento era relevante e útil, na instituição pública, trabalhando com um maior número de alunos de classe trabalhadora e negros, minha preocupação era a de estar vigilante com relação a gestos, posturas ou falas que pudessem ser interpretadas como elitismo. Isso porque circulavam histórias naquele departamento de interações conflituosas em sala de aula, em que alunos acusavam professores de burgueses ou mesmo de racistas.

O trânsito simultâneo entre esses dois ambientes acadêmicos fez parte da minha rotina, o que me proporcionou algum alívio financeiro, ainda que provisório (pois o contrato como substituta tinha duração de dois anos), mas também aumentou a sobrecarga de trabalho. De um lado, eu me culpava por não ser produtiva o suficiente e não ter artigos publicados; por outro, também me exigia ser uma boa mãe, na linha do que eu estava lendo e aprendendo sobre a chamada “criação com apego”, que preconiza a boa disponibilidade emocional dos pais à primeira infância dos filhos. Durante o tempo em que a guarda do meu filho estava comigo, eu precisava dar conta de tudo sozinha, como as múltiplas exigências da rotina escolar, logística de deslocamento, fazer comida, arrumar a casa, lavar a roupa, levar na natação, proporcionar um lazer à criança ao ar livre e fora de uma quitinete, entre outros. Se tudo isso não precisasse ser feito juntamente com o trabalho de ler e orientar dissertações de mestrado, participar de reuniões, preparar e dar aulas, e me preparar para concursos, talvez não tives-



se sido tão difícil encontrar ainda um momento para “investir” em produção científica. Escrever artigos para publicação pressupunha tempo e energia extras para redigir *insights* inéditos sobre um dado tema em articulação com o que haveria de mais atual nos *journals* internacionais (que eu lia sem muita fluência por lacunas no meu inglês). Nada disso impedia que minha cabeça seguisse martelando a cobrança de que, se meu currículo pontuasse bem na área da Administração, eu aumentaria as minhas chances de ser contratada na instituição privada onde eu já atuava como horista.

Talvez por ter passado os primeiros anos entendendo a minha atuação naquela instituição como provisória, eu não tenha me preocupado suficientemente em entender a organização do campo de pesquisa em Administração. Só depois me “caiu a ficha” de que esse conhecimento era relevante para posicionar estrategicamente a minha produção. Levou um tempo até encontrar um nicho temático onde eu não apenas me sentisse confortável como pesquisadora nesse campo, mas também tirei proveito do meu *background* como antropóloga e cientista social. Fazendo parcerias com orientandos e participando de congressos, comecei a conhecer professores das áreas de CCT (*Consumer Culture Theory*) e de “Estudos Críticos em Administração”, nas quais há um franco diálogo com perspectivas antropológicas, sociológicas, políticas e históricas. Nessa etapa eu não apenas procurava, mas também era encontrada por aqueles(as) que passavam a se tornar os meus “pares” no campo da Administração.

Ao mesmo tempo, enquanto minha situação não se resolvia de modo definitivo, eu tinha de seguir buscando alternativas profissionais e ficava atenta aos concursos que aceitavam os meus diplomas. Mesmo sem uma produção “turbinada” no meu *Lat-tes*, eu já tinha uma experiência docente significativa em pós-graduação, atividade de pesquisa e participação em congressos. Com certo ressentimento, lembro-me de que o setor jurídico da instituição se recusava a me fornecer documentos oficiais e muitas vezes prestei concursos receosa de que os documentos comprobatórios “não oficiais” da minha carga horária docente não fossem ser considerados na hora da pontuação.

Me preparei para diversos concursos docentes, como os de professora substituta – como cheguei, de fato, a atuar por dois anos –, os de instituições fora do Rio de Janeiro e até os de áreas “inusitadas”. Meus resultados neles, que em geral classificam apenas um ou, no máximo, dois candidatos, também foram diversos. Reprovações, “batidas na trave”, aprovações logo abaixo dos candidatos chamados, aprovações com impedimentos para assumir, aprovações bem abaixo dos candidatos nomeados. Curiosamente, foi com este último resultado que, finalmente, ocorreu a minha inserção no campo acadêmico como professora adjunta, aos 40 anos, e, não por acaso, no campo da Administração, onde me encontro hoje.

Olhar para os bastidores do meu processo de inserção no campo acadêmi-



co com reflexividade supõe reconhecer que mesmo nos momentos de dificuldade pude contar com certos capitais que ajudaram o meu percurso. Assim, em uma breve “leitura dos perrengues à luz dos privilégios” identifico alguns capitais sociais e simbólicos que se converteram em vantagens materiais e objetivas que, de modo direto e indireto, facilitaram a minha inserção como docente no campo acadêmico: pude residir na Zona Sul do Rio de Janeiro pagando valores bem abaixo do mercado; participar de projetos de consultoria; lecionar em uma instituição privada de excelência; usufruir dos benefícios de atuar nessa instituição, entre os quais destaco a aquisição de mais capital social, acesso a instalações para estudar e me aprimorar (espaço de biblioteca, acesso a livros), realizar viagens financiadas para congressos e estabelecer parcerias para publicar artigos e investir no meu currículo.

Embora fosse preciso outro artigo para relatar as mudanças pessoais, profissionais, objetivas e subjetivas que se deram a partir da minha incorporação como docente em uma instituição federal, é válido assinalar um ponto não muito alentador para a questão de interesse aqui, o percurso dos egressos de Antropologia: a área específica dos meus diplomas teve um peso quase nulo para o meu acesso à vaga. O concurso aceitava “áreas afins” às “ciências sociais aplicadas”. É inegável que minhas leituras e bagagens certamente me ajudaram a passar na prova de “Estudos Organizacionais” – como penso que também favoreceram meu colega de departamento, e hoje amigo, aprovado de primeira nesse mesmo concurso e que é cientista social. Mas a verdade é que eu não precisava ser “antropóloga”, e, de fato, poucos são os colegas e alunos que me percebem atualmente sob essa rubrica. Ao lado da Sociologia, no entanto, a Antropologia segue sendo uma fonte crucial de teorias e metodologias que me auxiliam a lecionar, refletir, pesquisar e orientar dentro do campo da Administração, como foi, de fato, desde que me doutorei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar com algum otimismo, devo trazer novamente a querida Mirian Goldenberg, que tematizava o meio acadêmico com frequência nas conversas com alunos, orientandos e também em sua produção acadêmica. No generoso *Noites de insônia – cartas de uma antropóloga a um jovem pesquisador*, Mirian procura encorajar estudantes das Ciências Sociais a persistirem nessa área acadêmica, elencando diferentes motivos pelos quais esse caminho valeria a pena. O entusiasmo não aparece de forma ingênua, sendo, pelo contrário, precedido de inúmeras revelações de sofrimento que marcam sua experiência como professora e orientadora, especialmente



a de se sentir constantemente avaliada e criticada. Mas Mirian explica o porquê de valer a pena.

Vale a pena porque as ciências sociais nos dão um instrumental teórico e prático para pensar o mundo de forma criativa.

Vale a pena porque podemos usar o instrumental que recebemos para buscar compreender a cultura brasileira de diversas formas.

Vale a pena porque o curso de ciências sociais ensina a pensar, a ler, a escrever, de uma forma muito mais consistente e científica do que inúmeros outros cursos que estão na moda e, aparentemente, têm mais mercado de trabalho.

Vale a pena porque os professores têm a preocupação em formar não apenas outros professores, mas, também, pesquisadores da realidade brasileira.

Vale a pena porque o curso não está voltado apenas para a formação do profissional, mas também, de um ser humano mais pleno, consciente de seu papel social, mais lúcido e crítico, com valores mais sólidos, um cidadão preocupado com a ética e a solidariedade.

Vale a pena porque o curso ensina a não ter preconceito, a enxergar a realidade atrás das aparências e provoca uma verdadeira transformação (às vezes uma revolução) na visão de mundo, no estilo de vida, nos valores e comportamentos não só dos alunos, mas também dos professores.

Vale a pena porque é uma profissão que exige paixão, crescimento permanente, aprendizado constante. Nas ciências sociais não se pode parar nunca.

Uma pesquisa recente, divulgada nos jornais, revela que 94% dos brasileiros estão insatisfeitos com seu trabalho. Vale a pena porque temos a possibilidade de estar entre os 6% que têm o trabalho como fonte de prazer, satisfação e realização.

Vale a pena porque existem os alunos, e, com eles e por eles, precisamos estar sempre nos renovando, inventando novas maneiras de ensinar e aprender. (Goldenberg, 2008, p. 63-65)

Hoje, de fato, não me resta nenhuma dúvida de que o percurso valeu a pena e me sinto realmente realizada como professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Considerando o longo e adverso percurso necessário, não apenas para a formação de um professor universitário, como também para a sua inserção profissional, me somo àqueles que reconhecem o valor de partilhar suas experiências e relações com o mundo acadêmico. O próprio Bourdieu, como bem destaca Goldenberg (2008, p. 28) acreditava que “cada um achará uma certa consolação no fato de descobrir que grande número das dificuldades é universalmente compartilhado”. Ideia semelhante também é recuperada pela autora (2008, p. 29) ela a partir de Norbert Elias, que teria agradecido se soubesse que não era o único a enfrentar certos sofrimentos e dificuldades na universidade.

Indo além de uma avaliação sobre os graus de desafio ou de facilidade que se apresentaram em meu percurso, porém, interessa sobretudo entender as experiências e contextos vividos como aprendizagem. Aprendizagem não é “conhecimento sendo transmitido” ou “atividade mental levando à internalização do conhecimen-



to”, mas algo que ocorre enquanto prática (Lave, 2015, p. 39). Para recuperar o que aprendi e o modo como aprendi a ser uma professora de ensino superior, não busquei por livros, assuntos ou debates a que tive acesso por meio de livros, aulas, artigos, congressos ou palestras acadêmicas. Mobilizei a minha participação em contextos, práticas e relações da vida cotidiana, participações que seguem transformando minhas práticas justamente porque a aprendizagem segue acontecendo.



REFERÊNCIAS

- ATKINSON, Paul. Rescuing Autoethnography. **Journal of Contemporary Ethnography**, v. 35, n. 4, p. 400-404, 2006.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 2001.
- BOURDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador. In: Pouillon, J. (Org.). **Problemas do estruturalismo**. Diversos tradutores. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Tradução de Ariel Dilon. Madrid: Siglo XXI, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.) **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.) **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1997.
- CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, p. 189-202, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, p. 99-127, 2016.
- DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional**. Nova Série: Antropologia, Rio de Janeiro, n. 27, 1978.
- DOMINGUES, José Maurício. Reflexividade, individualismo e modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, p. 55-70, 2002.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E. Antropologia Aplicada. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 1, p. e192686, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v31i1pe192686. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/192686>.. Acesso em: 9 ago. 2024.
- GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 2001.
- GOLDENBERG, Mirian. **Toda mulher é meio Leila Diniz**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1996.
- GOLDENBERG, Mirian. **Noites de insônia: cartas de uma antropóloga a um jovem pes-**



quisador. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, p. 25-49, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 9 ago. 2024.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

LAVE, Jean. Aprendizagem como/na prática. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 37-47, jul./dez. 2015.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017.

MINAYO, M. C. de S.; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 4, p. 1103-1112, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROCA, Jordi. ¿Antropólogos en la empresa?: a propósito de la (mal) llamada cultura de empresa. **Etnográfica**, v. 1, p. 69-99, 2001.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70, 2002.

VELHO, Gilberto. Metrópole, cosmopolitismo e mediação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, p. 15-23, 2010.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro Zahar, 1994.

WACQUANT, Loïc. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 19, p. 95-110, 2002.

